

# O legado de Jorge Calmon

Discurso de posse na  
Academia de Letras da Bahia

Samuel Celestino

**D**uas vezes hesitei ao ouvir, não um convite, muito menos uma convocação, mas apenas uma citação que vinculava meu nome a esta Academia de Letras da Bahia, casa da inteligência, da erudição e do talento, que abrigou – e acolhe – personagens notáveis representantes de gerações sucessivas, a partir de 1917.

Na primeira, tentei fazer de conta que não ouvi quando Jorge Calmon, meu antecessor na cadeira número 23, citou a Academia. A segunda, ouvi atentamente olhando nos olhos do meu querido amigo, acadêmico e presidente Edivaldo Boaventura, mas nada disse.

Estava, então, mergulhado na tristeza. Aconteceu na porta da Igreja do Campo Santo, no dia do funeral de Jorge.

No início, o impacto se diluiu, quase instantaneamente, no sentimento de perda que me asfixiava. Depois, o que dissera Jorge em vida, e o que me confidenciara Edivaldo, no início da tarde do dia da morte do meu querido amigo, ganhou forma com o passar dos meses.

Sempre com a minha presença à distância, não raras vezes, dispersa.

Nunca, em momento algum da minha já longa trajetória como jornalista, absolutamente dedicado e arrebatado pela profissão, estabeleci objetivos. As coisas e os fatos aconteceram em minha

vida simplesmente porque tiveram que acontecer, na maioria das vezes independente da minha vontade.

Meus objetivos nunca se situaram em postos, cargos, conquistas, mas sim em princípios que procurei trilhar da melhor forma possível, sempre aprofundando as minhas convicções e crenças.

Verão, mais adiante, no relato que farei, que assim foi. Estou plenamente convencido de que esses princípios transformam a minha vida numa pena, senão numa folha, impulsionada pelo movimento dos ventos.

Entendo, porém, para diluir a crença no destino, no determinismo, que os ventos que impelem a vida muitas vezes não surgem simplesmente da calma. Eles precisam ser soprados.

Nasci no sul da Bahia, em Itabuna, onde se desenvolveu uma cultura peculiar no Estado. Para a região migraram, nos primórdios, os tropeiros, a maioria deles oriunda de Sergipe, que penetraram na Mata Atlântica, então intacta e exuberante, recolhendo o cacau nos caçuás de cipó, com aselhas que os prendiam às cangalhas acomodadas nos costados dos burros.

Cacau era então quase nativo. O macaco jupará, que não chegava a ser propriamente um macaco, apenas a ele se assemelhava, espécie infelizmente extinta, se encarregava de disseminar o fruto lançando, mata a dentro, os caroços das amêndoas com as quais se alimentava.

À sombra daqueles cacauais surgiu uma cultura diferenciada, formada por tropeiros, sírio-libaneses, e jagunços que ganharam vida na obra de Jorge Amado e Adonias Filho, entre outros escritores da região.

Com o passar do tempo – é sempre assim – a memória da infância se aviva e nos devolve, numa dimensão imensa, absolutamente fora do real, aos limites dos primeiros tempos. As crianças têm essa força mágica da fantasia que, pelo menos no meu caso, mantenho e a cultivo, às vezes até aumentando ainda mais os limites de menino.

É a fantasia que me ajuda – e muito – a escrever, oferecendo-me saídas para temperar os temas áridos do jornalismo político.

Para uma criança, tudo é imenso e novo, sempre com o significado da descoberta. Quando vi Itabuna, já com olhos de adulto, me decepcionei. Tive a nítida percepção de que o meu mundo havia encolhido. A casa dos meus pais, a rua da picula – que se chamava, curiosamente, Rua dos Artistas – ou, oficialmente, Rua Querubim Oliveira, para onde eles se mudaram ao deixar o bairro do Pontalzinho.

A velha padaria, batizada com o nome de Padaria Liberal, numa evidente alusão à política, depois Padaria Celeste. A casa da avó Josefa, ou Zefinha, como a chamavam – que eu imaginava um sítio com um jardim imenso. No entanto, era pequena, mas tinha pés de romãs no quintal, que me fascinavam.

Fui alfabetizado numa escolinha na própria casa da avó. Fiz o primário na escola pública Lúcia Oliveira, que brincávamos dizendo "Lúcia Oliveira pega o pinto na carreira, pega aqui, pega acolá, mas deixa o pinto no lugar"...

Já adulto, percebi que não havia mais o Padre Nestor, o mais famoso da cidade, senão o único, subindo a ladeira da Santa Casa da Misericórdia, a ladeira da padaria, com a sua batina que já não era negra, mas avermelhada pelo sol e pelo tempo, entregando a mão direita para a reverência dos meninos e distribuindo bênçãos.

Não havia mais o taciturno e mentecapto Jupará, nome do macaco a que me referi, que carregava na cabeça caixões mortuários, ocupados ou não. Era uma figura esquisita que trajava sempre uma capa pesada de lã, que os guardas noturnos da época usavam nas noites úmidas, e às vezes frias, da região.

Foi um susto, uma fascinação que invadiu os meus sentidos, ao chegar pela velha estrada de rodagem, vindo de Itabuna, numa boléia de caminhão, e avistei, em Ilhéus, o mar pela primeira vez. A impressão que senti foi como se o mar nascesse na areia da praia e fosse crescendo, crescendo, sempre para cima. O mar, para mim, era uma ladeira.

Naqueles tempos – tempos de muita riqueza – o dinheiro brotava das matas do cacau. Uma, duas, três vezes por ano. Meu pai também se embrenhou naquelas matas.

O velho Jeremias Celestino da Silva, avô paterno e patriarca da família, casado com Jardelina Paganelli da Silva, chegou a Itabuna com dez filhos decidido a criá-los. Isso lá pela primeira década do século passado. Eram seus filhos oito homens e duas mulheres, com nomes estranhos que eu nunca entendi o porquê.

Jeremias, presbiteriano de formação rígida, batizou a sua prole com nomes bíblicos e, curiosamente, com nomes também germânicos.

Samuel, meu pai, ganhou nome bíblico e se associou nos negócios ao irmão Otto, de nome germânico. Transformaram-se em comerciantes. Cabia ao pai percorrer as trilhas dos cacauais para vender, nas roças, máquinas de costura.

Eram, então, representantes da Singer. O comércio prosperou. Durante a segunda guerra, a Singer desativou a sua linha de montagem para fabricar armamento bélico para os aliados.

Os irmãos experimentaram o comércio da torrefação de café e, posteriormente, transformaram-se em padeiros, proprietários da Padaria Celeste.

Minha mãe, Adalgisa, tinha as suas raízes fincadas nas terras de Ilhéus. Filha do Coronel Abdias Lúcio de Carvalho, cuja figura, na fotografia envelhecida onde o conheci, me impressionava pelo bigode espesso e pelo fardão bonito da Guarda Nacional, e da avó Josefa, a quem já me referi.

Foi a família que me despertou para a política, para o jornalismo político. Meu tio, Jeremias, mesmo nome do avô, era conhecido pelo apelido de Mímia, teimoso candidato à prefeitura de Itabuna.

Mímia foi um autêntico tropicalista. Tropicalista e o primeiro demagogo que conheci. Perdia todas as campanhas eleitorais, mas não se abatia. Logo, depois da derrota, mandava pichar as ruas da cidade com o slogan “Mímia vem aí”.

Em uma de suas campanhas políticas, Mímia adoeceu. Trazido para Salvador, os médicos diagnosticaram câncer pulmonar. Seus adversários, impiedosos, picharam o muro do cemitério com o slogan que ele criara: “Mímia vem aí!”

O slogan que o levaria à prefeitura levou-o ao cemitério. Assimilei aquela lição da atividade política. Nasci na Rua do Pontalzinho, aparado pela parteira Dona Otaciana, no dia 26 de setembro de 1943. Fui o primeiro filho homem de meus pais, Samuel Celestino da Silva e Adalgisa Carvalho da Silva. Presto-lhes homenagem e dedico-lhes imensa saudade. Ambos mortos, me transportam até aonde cheguei, inclusive transpor os umbrais desta insigne Academia de Letras, que sintetiza a cultura e, como assinalou, sabiamente, o acadêmico Geraldo Machado, no seu discurso, ao assumir a cadeira número 4 desta Casa, "o diálogo entre épocas, movimentos e mentalidades". Sei que Samuel e Adalgisa estariam felizes sabendo que alastei meus limites, com os instrumentos da educação e da cultura que me ajudaram a adquirir.

Tinha eu, então, 11 anos de idade. Foi em 1955, quando a família se mudara para Salvador. Minha irmã mais velha, Yara, já estudando na Capital, passara no vestibular de Direito.

Iraci e Ines, brilhantes estudantes do colégio Ação Fraternal de Itabuna, estavam no mesmo caminho e haveriam de se formar em Medicina, também com brilho invulgar. Foi assim, e em razão, que meus pais deixaram Itabuna, para educar os seus seis filhos em Salvador.

Eu era o do meio. Abaixo de mim, em idade, seguem-se Ires e, por último, o caçula, Reub. Ela arquiteta; ele economista. Todos formados conforme queriam os pais. Com exceção de Ires e Ines, que se encontram no exterior, os demais estão aqui presentes nesta solenidade.

Foi difícil entender Salvador e a ela me acostumar. Repentinamente, descobri o quanto Itabuna era pequena e foi assim que encerrei o meu ciclo de vida nas terras grapiúnas.

Fomos todos educados em escola pública. Fiz o ginásio no então Instituto Normal da Bahia, hoje Isaias Alves, e no Severino Vieira. No Colégio Estadual da Bahia, Central, comecei no então curso Científico, pensando em me encaminhar para Medicina ou Engenharia. Passei, no entanto, para o curso Clássico no terceiro ano, para estudar latim e francês, porque mudara a minha direção para o curso de Direito. E acabei, sempre em processo de mudança, apaixonado pelo jornalismo. Vê-se, por aí, que eu só tinha como certeza a vida e os princípios que me foram legados, sem estabelecer, ou determinar, um objetivo fixo no futuro para tomá-lo como meta, como objetivo.

Assim posto, chego a esta Academia, para minha honra, impulsionado estranhamente pelo destino.

Em 1963, aprovado no vestibular de Direito da UFBA, ingressei na Faculdade acompanhado de um bando de meninos e meninas alegres, soltos e sonhadores, vindos de escolas diferentes, de Salvador e do interior baiano. Da minha parte, estava disposto simplesmente a ser. O quê, só teria resposta no ano seguinte, quando procurei o *Jornal da Bahia*, para fazer testes, juntamente com outros estudantes universitários. Fui aprovado, depois de quatro meses "focando", ou seja, trabalhando de graça.

O contato com a Universidade e com a redação do jornal, a fermentação intelectual e política na qual mergulhei; e a ditadura que eclodiu no rompimento institucional de 1964, marcaram o meu caminho, definitivamente.

Amava a Escola de Direito e amava o jornalismo. O Direito era a formação intelectual com professores magistrais; o jornal era a prática, a vida correndo rápida em minhas veias em forma de notícia, em forma de indignação política, sentindo a força do autoritarismo me asfixiar, ao tempo em que gerava em mim uma força rebelde que até então desconhecia.

Era a força da liberdade que me invadia. Não estava somente em mim. Eletrizava a redação do jornal, penetrava na escola de Direito, na Universidade, levava-me às ruas em passeatas, guiava

os meus dedos na redação de panfletos da resistência política. Esta foi a luta da juventude de uma geração.

Foi a geração dos anos 60. Aprendi a amar tudo o que significasse ser livre, e a odiar a prepotência, a arrogância e a força. Detesto a prepotência, como tento traduzir no exercício do meu jornalismo.

Creio que foi esse conjunto de sentimentos que forjou o jornalista e me puxou inteiro do Direito, ao me formar em 1967, e gritou no meu coração que meu caminho estava ali, na redação de um jornal.

O curioso é que o Direito também continuou presente, e a me interessar. Era uma coisa e outra, mas numa só atividade. Enquanto a ditadura fora o fator sufocante que realimentava a minha indignação, e me conduzia sempre à resistência e a me rebelar, o jornalismo se tornou o estuário desse sentimento.

Na legalidade, somente o jornalismo poderia me conceder essa oportunidade de estar vinculado a duas situações paradoxais que se entrelaçavam e se excluíam, porque era o bem contra o mau; o direito contra as trevas; a liberdade contra os grilhões da força.

Fiquei no *Jornal da Bahia* até 1970. Depois de um pequeno período de pouco mais de um ano no *Diário de Notícias*, jornal integrante da Rede dos Diários e Emissoras Associados, me afastei do jornalismo por três anos, para ser o que jamais imaginei, até por ser um mundo para mim estranho: gerente do Banco do Estado da Bahia.

Aguentei três anos cumprindo ordens, emprestando dinheiro e pedindo depósitos, ao invés de juntar letras e formar palavras para relatar ou analisar fatos. Em 1974, a minha vida se cruzou com a do meu grande mestre, Jorge Calmon.

Permitam-me, agora, um corte nesta crônica para homenagear e honrar meus antecessores nesta cadeira de nº. 23, reverenciar as suas memórias. Permitam-me, também, alertá-los a todos, que, para completar o que pretendo, voltarei, justo com Jorge Calmon, falecido no dia 18 de dezembro de 2006, o último acadêmico a

honrar, não somente esta cadeira, mas o sodalício, e este palacete que abriga a Academia de Letras da Bahia.

Ao ser fundada em 1917, cuidaram os seus iniciadores de organizar a Academia de Letras da Bahia obedecendo ao modelo clássico francês de estabelecer, para cada uma das suas quarenta cadeiras, um patrono ilustre da sua época e tempo.

Para a cadeira n.23, a escolha do patrono recaiu sobre o nome ilustre de Antônio Januário de Faria, personagem hoje pouco referenciado em razão da memória que o tempo, implacável mesmo com os ditos imortais, se encarrega de apagar, para dar espaço às gerações que se sucedem, no constante e eterno processo estabelecido pelo Criador.

Januário de Faria fora médico e cientista, mas, também, cultor das letras, além de ser considerado um orador fluente. Durante oito anos foi Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, que ajudara a fundar e a fazer a Gazeta Médica da Bahia. Segundo Jorge Calmon, foi "Homem do mundo, galante e espirituoso, mas gozara, entretanto, do acatamento da sociedade do seu tempo, que lhe perdoava as veleidades de leão da moda, tolerando os seus anéis de brilhantes e suas gravatas primaveris", autêntico "produto e símbolo da fase romântica, dourado período em que o sentimento revestia as coisas e as idéias, numa fuga à nova realidade imposta pela ciência e pelo revolucionário processo industrial".

Uma personalidade complexa mesmo para a época, porque conseguia reunir as condições de faceiro e austero; extravagante e respeitável; afetado e sóbrio; desprezando a província, mas preocupado com os seus problemas.

Um homem, como os intelectuais do século XIX, voltado para a França, embora de grande brasilidade. Enfim, uma personalidade contraditória que, exatamente por isso, exerceu profunda fascinação sobre seus contemporâneos.

Morreu em 1873. Sobreviveu-lhe a reputação de homem de talento cultivada pelos discípulos, de um dos quais terá partido,

certamente, a lembrança do seu nome para compor a galeria dos patronos da Academia, como um dos representantes da cultura médica.

Deve ser ele considerado um dos vanguardeiros da estirpe de professores, cientistas, grandes médicos, que foram também homens de cultura geral e de inteligência atuante.

O primeiro ocupante da cadeira 23 foi o médico João Américo Garcez Fróes, um homem então considerado brilhante desde os seus aprendizados no engenho do pai, Coronel Américo de Souza Fróes, de onde fora trazido para Salvador, de modo a dar continuidade aos seus estudos e formação no então Colégio Sete de Setembro, que se situava no Portão da Piedade aonde, posteriormente, viria se instalar o Colégio Antônio Vieira, que teria, mais tarde entre os seus alunos, o nosso Jorge Calmon.

Extremamente inteligente e estudioso João Fróes acumulou medalhas de mérito e outras tantas medalhas de ouro na sua carreira estudantil, até se tornar Doutor em Medicina, catedrático de duas Faculdades. A segunda seria a Faculdade de Direito. De ambas fora professor emérito. Foi presidente desta Academia de Letras da Bahia; membro da Academia Nacional de Medicina; contemplado com a Medalha de Ouro da Exposição Nacional de 1908 e a Medalha Pirajá da Silva, Oficial da Ordem do Mérito Médico Nacional, entre outros títulos e homenagens que acumulou.

Foi um destacado baiano da juventude à morte, já nonagenário. Iluminou-se com invulgar arrebatamento para as letras e a cultura, que foram, realmente, o seu grande interesse. Ao que consta, deixou, cedo, a clínica, no auge da notoriedade.

Aposentou-se da cátedra médica, para mais adiante, afastar-se por força da idade, da outra cátedra, na Faculdade de Direito.

Quero findar a minha abordagem sobre João Fróes com um relato de Jorge Calmon. Escreveu o jornalista: "Conheci-o, ainda na minha infância, debruçado sobre o leito de meu pai arquejante de dispnéia, procurando amenizar-lhe o sofrimento, vencer a crise

com a proficiência do médico e o carinho do amigo. Tinha ao seu lado, com ela conferindo opiniões, a esposa, médica também, igualmente grande figura da medicina da Bahia, Dra. Francisca Pragner Fróes, mulher singular, cujo recato, ou aparente frieza, ocultava, por timidez ou por formação, um oceano de ternura, sobretudo uma generosidade de reconhecida lembrança".

Esta cadeira que a generosidade dos meus queridos confrades acadêmicos neste dia me entrega, teve apenas dois ocupantes: João Fróes e Jorge Calmon, ambos de invulgar esplendor. Ambos deixaram esta vida nonagenários, depois de trajetórias que a Bahia soube reverenciar. Deles não imagino – não tenho esta pretensão – ser herdeiro também de um pouco do seu brilhantismo.

Desejo que me iluminem e me ensinem o caminho da longa vida. Que o meu sucessor espere, e espere muito, porque almejo ocupar esta cadeira 23 ainda por longo tempo, assim Deus queira, nonagenário também.

Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, segundo ocupante da cadeira 23, nasceu em Salvador no dia 7 de julho de 1915, último filho do casal Pedro Calmon Freire de Bittencourt e Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt. Bacharel em Direito, exerceu inúmeros cargos públicos, de natureza cultural, educacional e política, entre os quais Secretário de Interior e Justiça, ministro do Tribunal de Contas da Bahia, professor titular de História da América da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba.

Membro desta Academia, foi seu presidente e sócio benemérito. Na política, foi deputado à Assembleia Constituinte de 1947, deputado da mesma Assembléia e líder da maioria.

Jorge foi, sobretudo, um jornalista. Ingressou em *A Tarde* como "foca" a convite do fundador do jornal, Ernesto Simões Filho, de quem foi amigo e discípulo, amizade que perdurou com os filhos do fundador, Dona Regina de Mello Leitão, que costumava chamar de "minha patroa", e Renato Simões.

Por longos anos foi diretor redator-chefe do maior jornal baiano de todos os tempos. Presidiu a Associação Bahiana de Imprensa, da qual foi também sócio benemérito e morreu na condição de presidente da Assembleia Geral da entidade que tanto amava, assim como amava a ALB. Como presidente da Assembléia Geral, sentava-se sempre ao meu lado esquerdo, nas enriquecedoras e democráticas reuniões da ABI que eu presido, pronto a segurar no meu braço, e com um leve aperto, dizer baixinho: "Assim que puder, passe-me a palavra".

Era um grande momento, e a certeza de que ouviríamos palavras sóbrias, ponderadas, mas, sobretudo, sábias. Nunca reclamou nas inúmeras vezes em que, findas as manhãs, as reuniões invadiam o início das tardes. Depois do quê, confraternizávamos com comportadas doses de uísque – o dele sempre sem gelo – e, a seguir, o almoço da diretoria.

Jorge Calmon recebeu inúmeras condecorações, entre as quais a Ordem do Mérito do Congresso Nacional, no grau de comendador; Ordem do Mérito da Bahia, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito das Comunicações, como Grande Oficial; Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras e Medalha do Mérito Jornalístico da Associação Bahiana de Imprensa.

Desde muito moço foi sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual foi, até a morte, seu presidente de honra.

Feita está síntese biográfica do mestre, retorno ao corte que fiz neste meu falar para homenagear meus ilustres antecessores.

Ressalto um dos fatos mais marcantes da minha vida: o meu encontro definitivo com Jorge Calmon, em 1974, quando estava torto na vida, gerenciando uma agência de banco, no único e curto período em que fiquei longe de uma redação de jornal.

A política levou-me àquela situação imposta pela minha inabalável crença na liberdade e na independência da profissão. Jorge me convidou a ir ao seu gabinete em *A Tarde*. Para a minha surpresa, mal sentara à sua frente, sem entender muito aquele

convite, declarou à queima roupa: "Quero-o, aqui, como editor de política."

Meditei um minuto e o respondi com um "não".

Perguntou ele: "Você quer mesmo continuar como gerente de banco?"

Respondi de outra maneira, imaginando que escaparia:

– "Tenho problemas pessoais e políticos com o governador do Estado. Não posso ser editor de política".

Devolveu o redator-chefe: "Aqui ele não interfere, asseguro".

Ofereceu-me, assim, a sua primeira lição de independência jornalística, em plena ditadura militar, independência que cultivei e preguei ao longo da minha já extensa carreira.

Continuei na minha posição:

– "Não, Dr. Jorge".

A *Tarde* tinha, então, uma linha muito conservadora para as minhas posições políticas. Revelei a ele este meu pensamento, que rebateu:

– "Não tenho um nome para a editoria, Samuel.

Sorriu e arrematou:

– "Arrisco com você".

Sem saída, aquiesci ficar um mês, até que ele encontrasse um editor menos contestador e menos brigão do que eu.

Findou o prazo de 30 dias, ele não procurara ninguém e jamais permitiu que eu me afastasse do jornalismo, ligando-se a mim nos puxões de orelha com que constantemente me brindava; nos poucos elogios que me fazia diretamente, e no imenso afeto com que me distinguia.

Virou mestre, amigo, conselheiro e só vez por outra fazia um mimo, repetindo o mesmo, sempre a mesma adjetivo, a um texto mais cuidadoso que produzia, sem que o consultasse antes de publicar: "Magnífico". Ou, então, uma repreensão, através de um dos seus bilhetinhos à redação: "Mais atenção, você faz melhor".

Situação semelhante aconteceria 10 anos depois, em 1984. Assim foi quando me convidou para ser candidato a vice-presidente, numa

chapa para a presidência da Associação Bahiana de Imprensa, ABI, cujo presidente era, então, o seu querido amigo Afonso Maciel Neto, a quem sucedi, dois anos depois, em 1986 e lá estou, no mesmo posto, há 22 anos, já no 11° mandato.

Estou lá apenas como consequência da teimosia de Jorge Calmon, que nunca aceitou meus insistentes pedidos de afastamento do cargo, ele que fora presidente da entidade e, até morrer, presidente da Assembleia Geral. Respondia-me, invariavelmente, da mesma forma, sempre que eu anunciava a minha saída, às vezes sem esconder certa irritação:

– "Então me indique um substituto, ou espere eu morrer. Quando isso acontecer, faça o que bem entender com a entidade." E arrematava sempre: "Mas não espere que eu morra tão cedo."

Cumpri e cumpro a sua vontade, mas avisei aos meus pares, que farei o último mandato, abrindo, assim, o processo sucessório na minha querida ABI, de tão grandes tradições e lutas.

De outra feita, o mesmo Jorge, elegantemente teimoso e impositor, ligou-me e disparou:

– "Samuel, vamos comemorar o aniversário dos 80 anos do Josaphat Marinho!"

– "Estou informado" – respondeu.

– "Nem tanto" – atalhou. "A Comissão organizadora do evento escolheu você, por unanimidade, para saudá-lo. Prepare o discurso!"

– "Que unanimidade?" – questionei atônito.

E ele, dando risada:

– "A unanimidade de 800 pessoas ausentes e dos cinco amigos presentes à reunião!" – E desligou o aparelho.

Fiz o discurso, mas o iniciei desviando meus olhos do mestre Josaphat para os dele e desapareci:

– "É uma honra saudar um homem da inteligência e da integridade do senador Josaphat Marinho. Estou aqui, nesta noite, em nome de 800 pessoas ausentes que, certamente, por motivo de força maior, não puderam participar de uma estranha reunião

da Comissão Organizadora deste evento. É um prazer falar em nome delas sobre um homem de cultura invulgar que completa 80 anos de idade servindo à Bahia e ao Brasil, com absoluta coerência política, ética e intelectual."

Jorge, na mesa, não conteve o riso, cochichando com seu amigo, o saudoso baiano e mestre Josaphat Marinho.

Meus caros meus amigos.

Meu mestre em jornalismo, ao ingressar nesta Academia de Letras da Bahia, anotou, com notável precisão, em seu discurso de posse, que "o jornalista é o depositário do contrato feito pela sociedade com uma instituição particular – a imprensa – para que proteja o interesse público, fiscalize os governos, denuncie os abusos, clame contra as violências, ampare as liberdades, advogue pelos desprotegidos, zele pelo Direito, propugne pelo progresso, pela prosperidade coletiva, para a construção pacífica e harmoniosa do futuro".

É uma bela síntese!

Ser jornalista é, de fato, ser detentor de um mandato público, consequência daquele contrato tácito a que aludiu Jorge Calmon, entre a sociedade e a imprensa, entre os cidadãos e a imprensa, exatamente para defender, de forma intransigente, os princípios democráticos, razão maior dos valores da liberdade e da cidadania.

O fascinante exercício do jornalismo diário permite que se conheçam pessoas notáveis, extraordinárias; travar diálogos e trocar pensamentos; entender formas de pensar e as suas lógicas, mas, também, conhecer esboços escondidos falsamente sob a proteção do manto dos bons.

Seria absolutamente impossível desfilar, aqui, nomes de personalidades que conheci ao longo da profissão que abracei. Para não cometer deslizes, citarei apenas um dos maiores; um grande estadista a quem dediquei grande admiração, desde a campanha da anti-candidatura no momento mais crítico da ditadura militar: o bravo andarilho das liberdades, um dos maiores construtores da nova democracia brasileira. E o cito porque foi

tragado pelo mar imenso, que jamais o devolveu. O caçador de nuvens, como se referiu a si próprio, o deputado Ulysses Guimarães. O grande mascate das liberdades, desaparecido num acidente aéreo próximo à Praia dos Sonhos. O destino não poderia oferecer-lhe lugar com nome mais apropriado.

Recorria, nos momentos de mau agouro, nos momentos do medo que ameaçava se alastrar pelo Brasil que mal saíra do regime militar, a uma citação que me ocorre lembrá-la. Ulysses Guimarães se escudava no genial Luís de Camões. Passeava pelos *Lusíadas* e falava sobre o velho do Restelo. Um personagem camoniano, que era a antítese do deputado.

O velho apareceu na praia lisboeta do Restelo amaldiçoando e condenando a expedição de Vasco da Gama, que partiria para descobrir o Caminho Marítimo das Índias. Surgiu, também, em outras ocasiões, quando as naus lusas zarpavam para abrir os horizontes do mundo, desbravando mares "nunca dantes navegados".

O velho, ranzinza, dobrado sobre seu próprio corpo, esbravejava, rogava pragas, dizia que a expedição não ia dar certo.

Esganiçava gritando aos bravos navegantes que eles seriam tragados pelos demônios do mar. Se os valentes marujos portugueses o ouvissem, não teriam conquistado os mares. Se os brasileiros se acovardassem diante dos tiranos, não chegariam à democracia. Cito o velho do Restelo e cito Ulysses para dizer que, em momento algum da minha profissão, dei importância maior ao ouvir as vozes do mau agouro, aos impropérios dos tiranos e dos arrogantes.

Jamais duvidei da nobreza do jornalismo. Em razão, nunca me abati diante das adversidades episódicas; das ameaças e das bravatas dos prepotentes. Para mim, meu mar sempre foi maior do que o esganiçar e as insolências dos poderosos.

Considero que exercício do jornalismo diário exige basicamente três pressupostos que transferem credibilidade ao profissional: independência em relação aos fatos e às circunstâncias; a ética; e

o compromisso inarredável com a verdade. Há quem se vincule à notícia, dando-lhe prioridade. É um erro. Prioridade à notícia é eleger o sensacionalismo, correndo-se o risco do cometimento de injustiças, às vezes irreparáveis. A notícia, sim, mas quando ela for o exato reflexo da verdade.

A imprensa, aqui e no mundo, está, como sempre esteve, em constante processo de transição. Ao chegar nesta Casa, nesta Academia, Jorge Calmon anotara que, desde que ingressara na imprensa, três décadas antes de ocupar a cadeira 23, transformações sensíveis se operaram.

Disse ele: "A imprensa foi deixando, de ser apenas um instrumento de ação política, de ser uma aventura romântica de homens que empenhavam sua inteligência a troco de nada, para se tornar a empresa sui-generis que atualmente é, metade espírito, metade matéria; metade serviço público, metade indústria; metade opinião e notícia e metade anúncio".

E perguntou:

– "O que será do jornalismo, futuramente?"

– "Não é fácil prever" – respondeu ele mesmo – "A técnica está impondo alterações profundas na área das comunicações. Desde que, no século passado – isto no século XIX – com a invenção do telégrafo e do telefone, as comunicações deixaram de depender dos meios de transporte. Foram-se sucedendo inovações no aspecto material, que trouxeram modificações até na própria natureza dos veículos de publicidade.

Sem prejuízo da sobrevivência do jornal, surgiram o rádio, primeiro, e a televisão, depois. Nem um, nem outra importaram, em verdade, no sacrifício do jornal, que continuou existindo. Mas – dizia ele – para que o rádio e, ultimamente, a televisão pudessem ocupar os seus lugares, o jornal teve de fazer concessões; teve ceder parte de um território de que dantes ele era senhor absoluto.

Acentuou, então, com a sua percepção e inteligência inigualáveis sobre a imprensa: "A técnica ainda não se deu por

satisfeita. Não parou; não parará. Descobertas tão surpreendentes quanto as já conseguidas, estão à vista. Depois de ter alcançado a comunicação de longa distância e o transporte mais rápido que o som, a técnica está cuidando substituir as fontes de energia em uso, pela energia solar, que já alimentou as 3.600 células do Telstar, na sua viagem pioneira, abrindo o caminho para que outros satélites comandem, do espaço, o complexo diálogo dos povos."

Se Jorge fosse um pouquinho, somente um pouquinho além do que antecipara, chegaria fatalmente à conclusão de que a humanidade estava dando um passo para mergulhar no epicentro de mais um revolução da comunicação, a mais importante da jornada do Homem no Planeta, uma revolução que não terá fim, porque ela é a essência do próprio homem.

A linearidade da comunicação instantânea, em rede, a Web, quebrou a curvatura do mundo. Bill Gates, em *A Estrada do Futuro* afirma que a revolução das comunicações está tão-somente no começo e vai durar muitas e muitas décadas, recebendo muitas ferramentas, ou aplicações para atender às necessidades por enquanto ainda imprevistas.

Para mim, como afirmei acima, a revolução da comunicação jamais terá fim. A discussão sobre o futuro da imprensa, aludida por Jorge Calmon, ainda é uma pergunta presente, mas já há respostas no horizonte com a avassaladora invasão da internet, produzindo informação limpa, real e instantânea, a ameaçar, sim, o jornal, revolução que nasceu com a invenção de Johann Gutenberg, com a prensa mecânica, em meados do século XV.

Observem com Jorge foi importante. Escrevi, após a sua morte, que ele foi um homem singularíssimo. Na verdade, direi, ele foi pluralíssimo na sua singularidade. Não foi apenas o homem de imprensa. Afirmo, com absoluta segurança, que ele foi o maior incentivador da cultura, especialmente das artes e das letras baianas. Incrível como poderia estar como se fosse quase onipresente, envolvido em tantos projetos, eventos e manifestações da cultura na Bahia.

Um político disse-me um dia: “Jorge Calmon transcendeu à profissão de jornalista. Ele extrapolou da sua arte e hoje é o maior defensor da cultura no Estado.”

“Nos seus últimos anos, num estranho pacto com o tempo, ele conseguia – além das suas inúmeras atividades culturais e profissionais – encontrar momentos livres para brindar os leitores de *A Tarde* com crônicas semanais publicadas às segundas feiras. Isso, se não bastassem as suas inúmeras responsabilidades diárias.

Anotei então, numa crônica publicada, tentando desvendar o seu enigma:

“Acho que o seu segredo, o segredo de Jorge, estava numa pequena caderneta que ele guardava no bolso esquerdo interno do seu paletó. Ali, com letra miúda, que mal escondia sua extrema paciência, anotava absolutamente tudo.”

Creio que foi naquela pequenina agenda que Jorge aprisionou o tempo, para permanecer eternamente jovem e conseguir ser o incansável combatente pela imprensa e pela cultura, até o fim dos seus dias, aos 92 anos de idade.

A minha rebeldia e a minha combatividade como jornalista, encontravam nele uma espécie de cúmplice silencioso. Ou quase. Ria quando eu me rebelava, mas com os lábios fechados tentando esconder ou disfarçar o riso. Batia em meu ombro e dizia:

– “Vá em frente, não deixe nada sem resposta”.

Foi quem me incentivou a escrever alguns livros para documentar a história política contemporânea da Bahia e do Brasil que vivi e vivo. Parei no primeiro volume, ao publicar *Política, Fatos e Tendências*, em 1999. Se o tempo me permitir, irei adiante.

Foi ele quem, também, pela primeira vez, falou para mim sobre esta Academia de Letras.

Fatos supervenientes, entretanto, fizeram-no nunca mais tocar na questão, mas eu o entendi perfeitamente e tenho a certeza de que ele sabia que eu compreendia as suas razões, porque elas se prendiam aos cuidados que tinha com esta Casa, um de seus

arrebatamentos, um dos seus amores, assim como a ABI e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

Volto ao que já disse no início. Foi no dia do seu sepultamento, na manhã em que eu, segurando na alça do seu ataúde, o tirei, com seus filhos e os genros, do veículo que o levou do necrotério do à capela do Campo Santo.

Por ali fiquei, no portal da Igreja, aguardando os amigos chegarem, mergulhado na tristeza do discípulo que perdera o mestre.

Já não era manhã, passara a ser tarde, quando o meu querido amigo Edivaldo Boaventura, honrado presidente desta Academia, a quem particularmente agradeço nesta hora e por quem tenho especial carinho, disse-me sereno e triste:

– “Samuel, ele gostaria de tê-lo como sucessor na sua cadeira da Academia de Letras.”

Permaneci calado, porque o agradecimento ficou preso na garganta. Retornei, pedi à família para cobrir o caixão com a bandeira da Associação Bahiana da Imprensa, onde consta a inscrição: *In primis veritas*. Ou, traduzindo, “A verdade em primeiro lugar”.

Senhores acadêmicos, meus amigos,

Estou chegando ao fim deste já longo discurso. Peço, no entanto que me permitam olhar, daqui de cima, deste púlpito, para a minha querida Mirella, e confessar que a amo, agradecendo pelos seus cuidados e paciência comigo. Beijar e agradecer aos meus filhos Vanessa, Leonardo, Ariel, e o pequeninho Daniel, o nosso Dandan, com seis anos apenas, alegria de Mirella, e minha de todos os dias

Peço, agora, caro presidente, permissão para quebrar o rito desta solenidade e pedir a Mirella que o traga Dandan para perto de mim, de maneira que eu conclua, ao seu lado este discurso.

Agradeço, também, aos meus irmãos já citados, Yara, Iraci, Ines, Ires e Reub, aos meus cunhados Fernando, Luís Lessa, Mauro Menezes e Lucinha, à minha sogra Ineide e reverenciar, saudoso,

o meu sogro Edson que, se vivo estivesse, seria, seguramente, uma das mais alegres e felizes presenças neste auditório.

Abraçar os meus amigos que aqui estão. Permitam que, em nome deles, cite José Henrique Ramos representando a todos.

A vocês, caros e queridos acadêmicos, quero agradecer por me fazer chegar, numa estranha e bela coincidência, à cadeira número 23. Creio que jamais poderei resgatar o débito desta generosidade, mas os afianço que honrarei as melhores e as mais elevadas tradições desta casa, desta Academia de Letras.

Devo reafirmar, por fim, que nada mais sou do que uma mera pena aliada do vento, num bailado efêmero ditado pelo destino. Com este sentimento de liberdade, assumo o sodalício, para deixá-lo somente quando a pena repousar em qualquer canto, em qualquer espaço, e a Academia de Letras da Bahia, então e novamente, declarar vaga a cadeira 23, que pertenceu a João Américo Garcez Fróes e ao meu grande mestre, último nome que cito neste discurso, por ter para mim um significado maior: Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

Muito obrigado.

---

Discurso do acadêmico Samuel Celestino Silva Filho, proferida na Academia de Letras da Bahia, no dia 21 de agosto de 2008, ao tomar posse na cadeira nº 23.